

## PENTECOSTAIS E O DEMONÍACO NA REALIDADE SOCIOPOLÍTICA<sup>360</sup>

### *Pentecostals and the demonic in socio-political reality*

Fernando Albano<sup>361</sup>

**Resumo:** Como é amplamente reconhecido, a afirmação de que “crente não se mete em política” é coisa do passado, pois hoje há uma forte presença das igrejas pentecostais na esfera sociopolítica, inclusive partidária. Porém, esta participação pentecostal opera com categorias maniqueístas de pensamento, assim como a partir da noção de “batalha espiritual” e da noção do demoníaco, que de certa forma não ajuda no exercício da cidadania. Como caminho metodológico se recorrerá principalmente à reflexão de Amos Yong, importante teólogo pentecostal que tem se ocupado com a interface entre fé pentecostal e esfera pública. O presente artigo defende a legitimidade da participação sociopolítica das igrejas, mas também que o seu aperfeiçoamento passa pela ampliação da sua noção de demoníaco, principalmente na esfera sociopolítica. O autor defende que as igrejas pentecostais precisam desenvolver uma ética teológica voltada para a esfera pública. Esta seria caracterizada pela humildade, consciência da presença da ambiguidade no seio pentecostal e agenda política compatível com o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Pentecostalismo. Teologia pública. Batalha espiritual. Demoníaco.

**Abstract:** As largely recognized, the statement that “believers do not get involved in politics” belongs to the past, as today there is a strong presence of Pentecostal churches in the sociopolitical sphere, including party politics. However, this Pentecostal participation operates with Manichean categories of thought, as well as based on the notion of “spiritual battle” and the notion of

---

<sup>360</sup> Recebido em 30 de maio de 2019. Aceito em 10 de outubro de 2021 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

<sup>361</sup> Doutor em Teologia. Professor da Faculdade Refidim, Joinville/SC. E-mail: fernando@ceeduc.edu.br.

the demonic, which somehow does not help in the exercise of citizenship. As a methodological path, we will refer mainly to the reflection of Amos Yong, an important Pentecostal theologian who has been concerned with the interface between Pentecostal faith and the public sphere. This article defends the legitimacy of the sociopolitical participation of the churches, but also that its improvement involves the expansion of their notion of the demonic, mainly in the sociopolitical sphere. The author argues that Pentecostal churches need to develop a theological ethics focused on the public sphere that should be characterized by humility, awareness of the presence of ambiguity in the Pentecostal setting and a political agenda compatible with the Democratic Rule of Law.

**Keywords:** Pentecostalism. Public Theology. Spiritual battle. Demonic.

\*\*\*

## Introdução

A relação entre pentecostalismo e a realidade sociopolítica é um tema que suscita permanente interesse por parte dos que se ocupam da interface religião/igrejas e sociedade. Esta relação entre religião e realidade sociopolítica tem se destacado na atual conjuntura política do país. Vemos isso por meio da crescente participação dos evangélicos/pentecostais no cenário político brasileiro. Isto posto, cabe dizer que o artigo objetiva esclarecer o sentido de batalha espiritual (crença pentecostal) marcado pela ideia do demoníaco e sua relação com a realidade sociopolítica. Para tanto, como caminho metodológico, recorrerá principalmente à reflexão de Amos Yong, importante teólogo pentecostal que tem se ocupado com a interface entre fé pentecostal e esfera política<sup>362</sup>. Yong, a partir de categorias próprias do movimento pentecostal,

---

<sup>362</sup> Amos Yong, teólogo pentecostal que atua no contexto estadunidense, em sua obra *In the days of the Caesar: pentecostalism and political theology* (Nos dias de César: pentecostalismo e teologia política) defende a possibilidade de elaboração de uma teologia política pentecostal, saudável à esfera pública, a partir da própria espiritualidade pentecostal. Yong parte principalmente do Evangelho pentecostal quintuplo, numa síntese da espiritualidade pentecostal: Jesus salva, santifica, batiza no Espírito Santo, cura e em breve voltará para reinar. Segundo Yong, esses aspectos relativos a Jesus Cristo refletem a pluralidade do pentecostalismo em suas diversas ênfases cristológicas, pneumatológicas e soteriológicas, ou, como ele diz: “muitas línguas e muitas práticas políticas?”. Estes aspectos, derivados sobretudo da leitura

procura desenvolver uma teologia política pentecostal, aceitável aos parâmetros da democracia.

Dado o fato da inserção pentecostal na esfera pública ser relativamente recente no cenário brasileiro, certamente a mesma carece de aperfeiçoamento, tanto em sentido teórico teológico quanto prático. Sendo assim, essa reflexão quer somar-se aos esforços pela ampliação das forças democráticas no país, bem como contribuir com aportes teológicos para uma inserção pública pentecostal mais responsável, consciente, coerente com suas raízes e em sintonia com os valores democráticos.

### **Pentecostalismo, religião e sociedade**

A religião está intimamente ligada à produção cultural, que, por sua vez, contribui de maneira decisiva para a constituição da sociedade. Para o antropólogo Geertz, a religião é um sistema cultural por excelência, fundamentada no *significado*, tão caro às relações humanas. Sobre isto ele declarou:

[...] os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e as disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida.<sup>363</sup>

Assim, a religião cumpre o papel de colocar ordem no mundo, de orientar o *ethos* das sociedades. Com isso, a religião não é uma abstração individual, que se ocupa só de questões espirituais, mas, antes, é uma rede de sentido, que possibilita a vida dentro da sociedade.

Também Durkheim afirma que a religião é uma questão de comunidade: une as pessoas (coesão social), promove consistência de comportamento

---

dos Evangelhos e, dos escritos de Lucas/Atos, apresentam implicações religiosas assim como políticas.

<sup>363</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 66-67.

(controle social) e oferece força durante as transições e tragédias da vida (significado e propósito). Durkheim concluiu, a partir do estudo da relação entre religião e sociedade, que a fonte da religião e da moralidade é a mentalidade coletiva. Ele argumentou que os valores religiosos, se mantidos, contribuem para a manutenção da estabilidade social<sup>364</sup>.

Em perspectiva teológica, Tillich defende que em todas as funções do espírito humano está presente a preocupação última; a cultura e a sociedade não fogem à regra. De acordo com Tillich, “a religião é a substância da cultura e a cultura é a forma da religião”<sup>365</sup>. Ele diz que a religião não consegue se expressar sem a cultura, pois todas as formas de expressão significativas provêm da cultura. Por outro lado, a cultura perde sua profundidade sem a ultimidade do incondicional<sup>366</sup>. Dessa forma, a função constitutiva da religião na sociedade é muito mais do que um aspecto ao lado de outros, mas é de uma condição fundamental.

Portanto, pode-se dizer que é legítima a participação do pentecostalismo, assim como de todas as demais tradições cristãs e religiosas, grupos, associações, entre outros, na sociedade, em especial na esfera pública. Ainda mais, é possível até mesmo o desenvolvimento de uma teologia política de viés pentecostal, que possibilite meios hermenêuticos de leitura e engajamento político na sociedade<sup>367</sup>.

---

<sup>364</sup> DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2001.

<sup>365</sup> TILlich, Paul. *Teologia sistemática*. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 690.

<sup>366</sup> TILlich, 2005, p. 690-691.

<sup>367</sup> O conceito de Teologia Política surgiu na Europa (1965-1968), especialmente mediante a obra de Johann Baptist Metz (1928-) intitulada “Sobre a teologia do mundo” (1968). Seu programa teológico apresenta dois intentos: 1. Criticar a tendência da teologia à privatização e, deste modo, ao afastamento das questões políticas/públicas. 2. Num sentido positivo, elaborar as implicações públicas e sociais da mensagem cristã. Este modo de fazer teologia valoriza a dimensão histórico-social; deseja que a fé cristã se torne uma palavra e práxis socialmente eficaz. A Igreja, nessa perspectiva, assume uma função crítica na sociedade. Sem dúvidas, um esforço louvável que contribui para impedir que as igrejas se tornem seitas ensimesmadas e ajuda a torná-las relevantes num sentido mais amplo, para além dos seus muros eclesiais e doutrinários. Os teólogos Johann Metz e Jürgen Moltmann concordam que as teologias existencialistas, personalistas ou transcendentais mostraram-se inadequadas no que se refere à esfera pública/política. Portanto, faz-se necessária a gestação de uma nova teologia, que possa ser fiel à identidade cristã e ao compromisso com o plano histórico e político da vida humana no contexto da modernidade. Assim, como informa Gibellini, elaborou-se um programa de teologia

## Pentecostalismo e participação sociopolítica

O pentecostalismo, em relação à dimensão política, tem adotado ao longo do seu percurso histórico as seguintes atitudes: 1) Pentecostalismo apolítico. Este marcou as primeiras décadas do pentecostalismo brasileiro, com a demonização da política, concebendo-a como dimensão profana. Vem daí o dito: “Crente não se mete em política”. Certamente contribuiu para essa postura sua escatologia dispensacionista e escapista, de quem apenas espera o fim do mundo e a *parousia*, restando apenas o quietismo religioso em relação às questões políticas e sociais. 2) Pentecostalismo político. Este teve início na década de 1980 com a participação pentecostal na política, inclusive elegendo vários deputados estaduais e federais. Esta tendência prevalece atualmente com expressiva presença pentecostal na esfera política, por meio da chamada Bancada Evangélica. Essa presença se caracteriza pela atuação pautada em torno de questões morais tais como aborto, sexualidade, família, etc.<sup>368</sup>

Embora seja legítimo que políticos evangélicos defendam as ideias que permeiam suas igrejas de origem, causa preocupação o perfil autoritário de seu discurso na esfera pública, com fortes inclinações à extrema-direita, com viés ameaçador para o Estado Democrático de Direito. Isto pode ser visto no apoio de muitos pastores aos protestos do dia 7 de setembro de 2021, promovidos

---

política que, entre outros, pretende ser de natureza prática. Não se nega a importância das abstrações doutrinárias da fé cristã, mas essa não constitui a ênfase da Teologia Política, que pretende ser relevante para a sociedade em geral. Para tanto, esse projeto teológico articula-se sobre a memória, narração e solidariedade. Assim, fundamenta-se na história passada do povo de Deus, alimenta-se da narração bíblica que tende a comunicar a experiência da fé e provocar novas experiências e, finalmente, enfatiza a solidariedade com toda sorte de sofrimentos. Estes princípios mostraram-se frutíferos à cristandade nas teologias contextuais que encarnaram a práxis e a relevância da fé cristã para a história. Cf. GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 301-321.

<sup>368</sup> De acordo com Andrea Dip, “O número de evangélicos no Parlamento cresceu, acompanhando o aumento de féis. Segundo os últimos dados do IBGE, que são de 2010, o número de evangélicos aumentou 61% na década passada (2000-2010). Por sua vez, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), encabeçada pelo deputado e pastor João Campos, agrega mais de 90 parlamentares, segundo dados atualizados da própria Frente – os números podem variar por causa dos suplentes – o que representa um crescimento de 30% na última legislatura.” DIP, Andrea. Os pastores do congresso. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2015/10/como-os-evangelicos-construiram-uma-das-bancadas-mais-fortes-do-congresso/>. Acesso em: 24 abr. 2019. A maioria destes parlamentares evangélicos é pentecostal.

pelos bolsonaristas, que, entre outras coisas, defendiam a liberdade, pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal e a destituição de seus ministros<sup>369</sup>. Neste sentido, tal postura é passível de crítica, uma vez que as decisões ou posturas do STF podem ser questionadas pelo devido processo legal, mas jamais por meio da violência e autoritarismo.

Segundo Paul Freston, um dos primeiros acadêmicos a examinar a relação existente entre pentecostais e política, desde os anos 80 muitos evangélicos se preocupam com a democracia apenas no intuito de preservar sua liberdade religiosa. “Assim mostramos nosso egoísmo coletivo, pois pode haver liberdade religiosa sem democracia, mas não democracia sem liberdade religiosa.”<sup>370</sup>

Amos Yong identifica algumas posturas teológicas pentecostais que considera incorretas. Para tanto, usa como exemplo ações pentecostais do contexto brasileiro, recorrendo aos escritos de Freston<sup>371</sup>. A atitude mais prevacente é a demonização de tudo o que contrasta com ou se opõe aos valores pentecostais. Como exemplo Yong retrata os candidatos pentecostais brasileiros que demonizaram seus adversários. Em 1994, nas eleições do Brasil, uma liderança da Assembleia de Deus afirmou: “Esta será uma batalha entre Deus e os candidatos do diabo”. Provavelmente, o candidato considerado do diabo foi Lula (Partidos dos Trabalhadores), em oposição a Fernando Henrique Cardoso (curiosamente, um ateu declarado)<sup>372</sup>. O que deveria ser uma eleição secular tornou-se um campo de batalha espiritual. Segundo Yong, quanto mais o campo político é concebido pelos pentecostais como um espaço de batalha, mais agressivas serão as ações nesse campo<sup>373</sup>.

---

<sup>369</sup> LEMOS, Vinícius. Como líderes evangélicos usam redes para apoiar ato pró-Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58442769>>. Acesso em: 12 set. 2021.

<sup>370</sup> FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006. p. 37-38. Recentemente, muitos evangélicos bolsonaristas, na manifestação do dia 07 de setembro de 2021, afirmaram que estavam protestando em favor da liberdade de expressão.

<sup>371</sup> YONG, Amos. *In the days of Caesar: pentecostalism and political theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 2010. p. 131. (Sacra Doctrina: Christian Theology for a Postmodern Age Series).

<sup>372</sup> YONG, 2010, p. 131.

<sup>373</sup> YONG, 2010, p. 132. No Brasil, às vésperas das eleições de 2022, o mesmo discurso de batalha espiritual, anima as posturas políticas dos evangélicos/pentecostais, vindo na esquerda a encarnação do demoníaco no cenário político brasileiro, enquanto que

Um segundo nível de demonização pentecostal ocorre em relação ao pluralismo religioso. Neste contexto, muitas vezes, o partido ou candidato da oposição que é demonizado pertence a outra tradição religiosa. Dessa forma, fica evidente no pentecostalismo seu traço de anticatolicismo e suas dificuldades quanto à aceitação da presença pública de outras crenças religiosas. Contudo, o país é laico e, como tal, não é regido por uma tradição religiosa em particular e defende a pluralidade religiosa, com o direito de culto e expressão.

Um terceiro nível consiste na retórica de demonização do diferente (especialmente em termos ideológicos), que fornece uma legitimação teológica para uma atividade política ou militar, como se pode verificar no contexto da guerra fria entre os Estados Unidos da América e o socialismo soviético<sup>374</sup>. Na esfera da antiga escatologia pentecostal também se podem perceber os reflexos da demonização do diferente, com implicações políticas. Por exemplo, afirmava-se que o Anticristo viria do contexto da antiga União Soviética. Não é de balde que o pentecostalismo se incline a posturas políticas de direita.

Em diversos contextos, os pentecostais têm frequentemente assumido que integrantes de outras tradições representam uma atitude inimiga em relação à fé cristã e, portanto, são contrários ao que o pentecostalismo representa. Para Yong, se os pentecostais estão se envolvendo com a esfera política e pública em seu segundo século de existência, devem fazê-lo de modo responsável. Para tanto, o pentecostalismo precisa repensar algumas de suas posturas tradicionais, principalmente a tendência de demonizar seus oponentes políticos<sup>375</sup>.

O pentecostalismo clássico também deve cuidar para não ser cooptado por movimentos religiosos e políticos contrários à sua experiência central. Atualmente, como exposto acima, o pentecostalismo tem sido puxado em direção a posturas políticas de extrema-direita, que de fato não correspondem à perspectiva que existe no âmago da mensagem pentecostal original<sup>376</sup>.

---

o viés político de direita, seria a encarnação dos interesses de Deus e do cristianismo. Evidentemente, se trata de uma generalização, pois o mundo evangélico é heterogêneo, e, certamente há posturas políticas que destoam do estereótipo aqui mencionado.

<sup>374</sup> YONG, 2010, p. 132-133.

<sup>375</sup> YONG, 2010, p. 133.

<sup>376</sup> Convém destacar que há exemplos, na história política brasileira, de pentecostais de postura progressista, como o assembleiano Manoel da Conceição Santos (1935-2021), líder camponês do Maranhão. Santos atuou de forma cidadã em favor da pauta ecológica, étnica e cultural; defendia a democracia participativa e a justiça social, bem

Em suma, as igrejas pentecostais, em sua relação com o espaço público, têm sido tentadas a adotar algumas atitudes não saudáveis à sociedade como um todo: a) perfil autoritário que representa um perigo para a democracia; b) busca de benefícios para a denominação em detrimento do bem comum; c) concepção de batalha espiritual no embate político, com a demonização dos adversários<sup>377</sup>.

Diante disto, em seguida, se defenderá que os pentecostais precisam aprofundar e atualizar sua compreensão de batalha espiritual e a presença do demoníaco na política, a fim de elaborar uma teologia pública<sup>378</sup> que seja coerente com suas origens e adequada para o contexto democrático brasileiro.

---

como o desenvolvimento local e integração regional. Com o golpe militar de 1964, Manoel foi preso e torturado durante a ditadura. Durante o período em que esteve preso, houve forte mobilização nacional e internacional por sua libertação, contando com o apoio da Anistia Internacional. Cf. SANTOS, 2010. Como exemplos mais recentes de atuação política que destoa do conservadorismo, pode-se mencionar a pentecostal Benedita da Silva (PT), que foi eleita sendo da Assembleia de Deus; o mesmo ocorreu com a Marina Silva; o ex-vereador Carlos Bezerra Júnior é secretário da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP. Ele é conhecido por trabalhar com direitos humanos e é pastor pentecostal.

<sup>377</sup> As atitudes aqui atribuídas às comunidades pentecostais também podem ser aplicadas às demais igrejas evangélicas no Brasil; logo, estas atitudes inadequadas na esfera pública não são uma exclusividade dos pentecostais.

<sup>378</sup> Uma grande contribuição em termos de reflexão teológica a respeito da relação entre comunidade cristã ou religiosa e a esfera pública tem sido feita pela chamada Teologia Pública. Seu conceito foi utilizado pela primeira vez pelo teólogo norte-americano Martin Marty em um artigo que analisou o pensamento de Reinhold Niebuhr. Basicamente a Teologia Pública diz respeito ao discurso construído a partir da fé em Deus e estabelece uma relação com o contexto em que a comunidade cristã ou pensamento teológico se encontra. Quanto à definição do que é público, frequentemente ela se fundamenta em Jürgen Habermas, que considera a esfera pública como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, tendo como componente imprescindível o agir comunicativo. A Teologia Pública ganha uma dimensão particular a partir da década de 1970. Num primeiro momento, a ideia é articular teologia com questões que afetam as pessoas como um todo, sendo acessível para todos numa esfera pública. Para tanto, o diálogo deve ser feito com outros segmentos do conhecimento a fim de buscar pontos convergentes e aproximação com a sociedade. Nesse entendimento, essa relação se justifica porque, se a teologia quer contribuir, ela precisa ir além da confissão e engajar-se numa discussão que tenha como pauta a justiça social, a libertação humana, os direitos humanos, a democracia, a política e a economia. Essa é a perspectiva para uma Teologia Pública, uma maneira de falar de Deus e sua vontade que seja condizente e intelectualmente possível no emaranhado de ideias, conceitos e

## Batalha espiritual e o demoníaco na política

De acordo com Amos Yong, o pano de fundo da soteriologia pentecostal é a convicção que há uma batalha espiritual pelo domínio da humanidade. Esta crença afeta diretamente a concepção pentecostal de política e seu consequente engajamento, porque, para os pentecostais, os desafios econômicos, falências nos negócios, pobreza, fome e dramas sociais dos sistemas políticos são obras do diabo e seus demônios. Satanás é o responsável pelo estado caótico do mundo em seus aspectos sociopolítico e em sua estrutura econômica.<sup>379</sup> Somente a libertação pentecostal estaria preparada para oferecer resistência a essas forças maléficas. Segundo Mendonça, “[...] a crença de que o mundo está dividido em duas facções opostas e em luta permanente, à qual os seres humanos não podem ficar imunes, faz com que o pentecostalismo desenvolva mecanismos de ajuste e equilíbrio com os quais manipulam (sic) os poderes do Bem e do Mal.”<sup>380</sup>

Segundo a crença pentecostal, a chave para o alcance de uma economia de sucesso reside na prosperidade da Igreja em seu engajamento no mundo espiritual (muitas vezes envolvendo jejuns, orações, imposição de mãos, etc.). Os sistemas políticos, sociais e econômicos são diretamente influenciados pelo mundo espiritual, daí a necessidade de estar revestido do poder do Espírito para

---

comportamentos da atual conjuntura global, caracterizada pela pluralidade. Cf. SINNER, Rudolf von. Teologia pública no âmbito global. In: ZWETSCH, Roberto E.; CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von (Org.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011. (Coleção Teologia Pública), v. 1. p. 11-36.

<sup>379</sup> YONG, 2010, p. 128. Para ver uma ampla abordagem acerca da dimensão política presente nas práticas pentecostais que se articulam em torno do simbolismo do demoníaco, confira: CANTÓN, Manuela. Simbólica y política del diablo pentecostal. *Revista Cultura y Religión*, Universidad Arturo Prat (Chile), p. 81-94, 2009.

<sup>380</sup> MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 67. No cenário político brasileiro, é o Cabo Daciolo, ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro (PSOL) e que atualmente está no partido do PDT, que encarna o estereótipo pentecostal de engajamento na luta contra os demônios presentes na sociedade e na política brasileira. Daciolo foi candidato à presidência da República em 2018. Cf. PIMENTEL, Samuel. Cabo Daciolo: quem é o candidato a presidente que chamou atenção no debate e é investigado no STF. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/08/cabo-daciolo-candidato-a-presidente-que-chamou-atencao-no-debate-e-in.html>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

não ser alvo das forças maléficas que podem levar o ser humano à ruína. Como escreveu Yong, “[...] na imaginação pentecostal, as ações humanas são motivadas, em última instância, por agentes espirituais.”<sup>381</sup>

A cosmovisão bíblica que os pentecostais reivindicam para sustentar sua teologia pública e prática é uma elaboração que parte da convicção sobre os deuses das nações, isto é, anjos caídos. Assim, os pentecostais concluem, a partir do Novo Testamento (1 Co 8.4-6; 10.19-21), que esses seres espirituais nacionais são, na verdade, demônios que estão em oposição ao verdadeiro Deus. A referência mais clara para esta percepção pentecostal encontra-se nas expressões bíblicas príncipe do reinado da Pérsia ou príncipe da Grécia (Dn 10.12-13,20-21.). De acordo com Yong, essas passagens têm moldado fortemente a imaginação política dos pentecostais sobre a existência de espíritos nacionais ou principados territoriais<sup>382</sup>.

### Sentido dos poderes e sua redenção

O poder é inerente à vida, tanto individual quanto social, diz respeito basicamente à capacidade de realizar algo, possuir autoridade. No caso da literatura bíblica, o poder, em sentido último, pertence a Deus (Sl 62.11; Mt 6.13; Ap 12.10). Todavia, a Bíblia também faz menção de poderes que são apresentados como “forças espirituais do mal”, que exercem domínio no mundo (Ef 2.2, 6.12; Cl 2.15). Estes são poderes antidivinos.

Yong diz que há basicamente três modos de interpretar o significado dos poderes: a concepção tradicional (espiritualista), o modelo da demitologização e a opção da referência dual. A primeira é muito comum no meio pentecostal e evangélico brasileiro. Defende a realidade ontológica e pessoal desses poderes maléficos que atuam na vida humana, nos cultos pagãos, confrarias religiosas e estruturas políticas, sociais e econômicas<sup>383</sup>. O modelo da demitologização

---

<sup>381</sup> “In the Pentecostal imagination, human actors are motivated, ultimately, by spiritual agents”( YONG, 2010, p. 128.

<sup>382</sup> YONG, 2010, p. 130.

<sup>383</sup> GABY, Wagner. Angelologia: A doutrina dos anjos. In: GILBERTO, Antonio (Ed.). *Teologia sistemática pentecostal*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 464-479. BAKER, Carlyn Denise; MACCHIA, Franck D. Seres espirituais criados. In: HORTON, Stanley M. (Ed.). *Teologia sistemática pentecostal: uma perspectiva pentecostal*. 10. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006. p. 206-220. Segundo Baker e Macchia, “A negação simplista da existência dos demônios deixa a humanidade completamente incapaz de explicar ou lidar com o profundo desespero subentendido na loucura e na iniquidade

procede da interpretação existencialista de Rudolf Bultmann que reduz esses poderes à imaginação mitológica do período neotestamentário, indicando modos do ser. Portanto, não se refere a seres pessoais em nenhum sentido. Esta perspectiva, aliás, assemelha-se muito à compreensão de Tillich do demônico; porém, Tillich prefere o termo “desliteralização” em vez de demitologização, usado por Bultmann<sup>384</sup>.

A terceira interpretação é a referência dual, que parte dos escritos paulinos, isto é, “as potestades” são tanto espirituais quanto estruturas políticas. De acordo com Yong, a dupla referência em Paulo também está presente nos escritos de Lucas. Os poderes e autoridades que Lucas menciona são tanto espirituais (cf. Lc 9.1; At 1.7; 8.19; 26.18) quanto sociais e políticos (cf. Lc 12.11; 20.20; 22.25; At 9.14; 26.10,12)<sup>385</sup>.

De acordo com as Escrituras, as potestades são criação de Deus, devidamente ordenadas para o cumprimento de seus propósitos. Os poderes são associados com o mundo natural e frequentemente personalizados como agentes espirituais e capazes de glorificar a Deus. Segundo os antigos hebreus, estes poderes fazem parte do conselho divino e são capazes de presidir o reino humano. São conhecidos desde os primórdios cristãos como anjos (Hb 1.14). Yong declara que estes poderes podem ser atualizados em seu sentido e, assim sugere o conceito de Kuyper das *esferas*, relacionando-as com a esfera pública, isto é, com o político, o econômico e o social. Porque essas realidades sociais são de natureza pré-queda, elas fazem parte da boa criação divina<sup>386</sup>. Sendo assim, Yong praticamente segue a linha de Bultmann e Tillich e propõe uma demitologização ou desliteralização (Tillich) das potestades, concebendo-as como estruturas sociopolíticas ou esferas institucionais.

Para Yong, o demoníaco não possui realidade ontológica própria; trata-se, antes, de uma perversão da bondade das ordens da criação de Deus. Trata-se de uma questão moral e, portanto, antropológica. Por conseguinte, está de acordo com a hermenêutica existencialista de Tillich. Em outras palavras: o demoníaco não foi criado por Deus e, portanto, não possui *ser*. O demoníaco é uma realidade emergente, parasitária e dependente de certas configurações materiais e estruturas institucionais de poderes. O demoníaco se manifesta como

---

humanas, mesmo não estando envolvida nenhuma influência demoníaca direta. Há realmente um profundo desespero subentendido em comportamentos humanos distorcidos, que transcendem as definições científicas ou racionais.”

<sup>384</sup> TILLICH, 2005, p. 438.

<sup>385</sup> YONG, 2010, p. 149.

<sup>386</sup> YONG, 2010, p. 162.

uma força destrutiva dentro e através dos poderes caídos e desordenados. Deste modo, aparecem formas que sugerem os poderes como realidades transcendentais, maiores do que de fato são<sup>387</sup>. Este posicionamento teológico de Yong certamente encontra seu fundamento em Agostinho, para quem o mal não existe enquanto substância, pois tudo que Deus criou era bom. Sendo assim, o mal é entendido como uma falta ou distorção do bom ou do bem<sup>388</sup>.

Esses poderes no mundo marcado pelo pecado apresentam apenas alguns aspectos das intenções de Deus, pois são suscetíveis à emergência do demoníaco. Contudo, esses poderes podem ser redimidos: “Isto é o que está no coração do evangelho de Jesus Cristo e do Deus Triúno, que na encarnação e no Pentecostes triunfaram sobre o caráter demoníaco dos poderes e cuja economia de salvação começou a restaurar as funções dos poderes pretendidas por Deus.”<sup>389</sup> Os poderes, entendidos primordialmente como esferas criadas por Deus, não podem ser banidos; o que pode ser expelido são as forças emergentes de destruição que têm deformado essas estruturas. De acordo com Yong, de forma metafórica, os muitos espíritos representam potencialidades para o bem e para o mal. O mal pode ser exorcizado e subjogado para o senhorio de Cristo. Jesus, como salvador, liberta a humanidade das perversões demoníacas pelo poder do Espírito Santo e redime os poderes para os bons propósitos de Deus, inclusive o poder político<sup>390</sup>.

Tendo visto a natureza do demoníaco, em seguida queremos apresentar um modelo de atitude política pentecostal que leve em conta o caráter ambíguo/demoníaco da realidade sociopolítica e eclesial. Essa percepção deve conduzir à humildade e abertura ao diálogo, como princípios éticos da conduta da comunidade cristã na sociedade.

---

<sup>387</sup> YONG, 2010, p. 162-163.

<sup>388</sup> Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 142. Também esta perspectiva corresponde ao conceito tillichiano de demoníaco como símbolo, que expressa a ambiguidade da religião.

<sup>389</sup> “That is at the heart of the gospel of Jesus Christ and the triune God, Who in the incarnation and at Pentecost have triumphed over the demonic character of the powers and whose economy of salvation has begun to restore to the powers their God-intended functions” (YONG, 2010, p. 163).

<sup>390</sup> YONG, 2010, p. 164.

## Engajamento sociopolítico humilde

A presença e atuação política das igrejas pentecostais (assim como das demais comunidades eclesiais) devem ser feitas em humildade, sem atitude triunfalista e ufanista. Como bem escreveu Tillich, “[...] como a função régia pertence ao Cristo crucificado, também, a função régia deve ser exercida pela igreja sob a cruz, isto é, pela igreja em sua humildade.”<sup>391</sup>

Acrescenta-se ainda que, nesse modo de relação entre as igrejas e sociedade, as igrejas recebem a influência política por parte da sociedade. Portanto, as igrejas “devem estar preparadas não apenas para dirigir como também para serem dirigidas”<sup>392</sup>. A relação entre as igrejas e a sociedade é dialética e de influências mútuas. Apesar disso, Tillich destaca que não se trata da igreja se tornar uma serva obediente do Estado, pois isto significaria o término de seu ofício régio. Outro cuidado das igrejas deve ser o de resistir à tentação do sistema teocrático político, que intenta o controle totalitário sobre todas as esferas da vida<sup>393</sup>.

Urge destacar que os pentecostais e evangélicos em geral têm uma proposta salvacionista; dessa forma, imbuídos da certeza da fé, nem sempre estão dispostos a argumentar e a escutar, mas frequentemente apenas a declarar ou anunciar suas doutrinas, normas e aspectos morais para o maior número de pessoas. Seus fins podem ser considerados nobres, ou seja, pretendem impactar a vida das pessoas, conduzindo-as à transformação moral e ética, outorgando-lhes sentido de vida advindo do seguimento de Cristo. Porém, tratando-se de esfera sociopolítica, não é recomendável impor ou decretar ideias ou valores, mesmo os do Evangelho, para as sociedades modernas, regidas pelo princípio da laicidade e diversidade cultural. Quem tem um mínimo de conhecimento de história da Igreja sabe dos resultados da imposição de fé feita pelo imperador Constantino. Também uma breve observação da relação entre Igreja e Estado no Período Medieval facilmente revela as implicações negativas do ponto de vista da liberdade humana e até mesmo dos direitos humanos.

Walter Altmann, teólogo luterano, entre outros modelos, apresenta o modelo de relação dialética entre Igreja e Estado no contexto da luta pela justiça. Neste modelo, há uma afirmação de positivities desta relação entre Igreja e política, mas sempre tendo em mente suas ambiguidades e imperfeições. O foco

---

<sup>391</sup> TILLICH, 2005, p. 661.

<sup>392</sup> TILLICH, 2005, p. 661.

<sup>393</sup> TILLICH, 2005, p. 661.

não é mais a dualidade Estado-Igreja, mas a percepção de que ambas se encontram no meio da luta entre a velha e a nova realidade. Esta última é expressão do reino de Deus, caracterizado pela justiça, e resiste aos ídolos e poderes da injustiça e de pecado. Desse modo, o vínculo entre Igreja e Estado é apreciado a partir de uma instância maior, isto é, a vontade de Deus e a “realidade conflitiva e antagonica”<sup>394</sup>.

Neste modelo, segundo Altmann, pode haver as mais diversas variantes: a) Igreja e Estado podem se encontrar do lado da velha realidade; b) Igreja e Estado podem estar unidos na luta pela justiça e promoção de uma “sociedade participativa e igualitária”; c) ou pode haver o Estado pervertido, como instrumento do mal, e uma Igreja serve de Cristo, que lhe faz oposição; e) a Igreja pode estar comprometida com sua sobrevivência institucional e poder e, assim, aliada com as velhas realidades, enquanto o “Estado é instrumento de uma vontade popular de transformação” e atuante na promoção da justiça. Cabe registrar que casos puros praticamente não existirão, pois prevalecerá a ambiguidade<sup>395</sup>.

Pode-se perceber nesse modelo a vantagem de não demonizar o Estado e colocar a Igreja simplesmente do “lado do bem”, como frequentemente observamos no cenário religioso evangélico/pentecostal. Como Tillich insiste, toda a realidade humana é marcada pela ambiguidade, inclusive as igrejas que desejam ser expressão da Igreja Corpo de Cristo, mas podem se “encontrar do lado da velha realidade”<sup>396</sup>. Portanto, a Igreja e o Estado podem estar ou não a serviço da justiça, valor essencial da novidade do reino de Deus. Ambas são julgadas por uma instância maior, transcendente, que não pode ser confundida com suas estruturas. Convém lembrar, conforme já mencionado, que este foi o grande equívoco da Igreja Católica no Período Medieval, ou seja, confundir as suas estruturas de poder com a própria realidade do reino divino.

Uma leitura superficial da esfera pública brasileira, bem como de seus embates políticos, possibilita a constatação de que justamente essa é a grande tentação pentecostal, a saber: confundir suas estruturas com o próprio reino Deus e, dessa forma, assumir uma espécie de política messiânica e autoritária – algo como “somos donos da ordem e da moral” –, que, somada às forças políticas da extrema-direita, pode concretamente representar uma ameaça para

---

<sup>394</sup> ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. 2. ed. rev. e ampl. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

<sup>395</sup> ALTMANN, 2016, p. 204.

<sup>396</sup> TILLICH, 2005, p. 356-362.

os valores democráticos da sociedade brasileira. Logo, podemos perceber que a participação pentecostal na esfera pública e política é profundamente ambígua, pois se, por um lado, sua experiência do Espírito gera comunidade e participação popular no protagonismo religioso e, como tal, transforma espaços marginais em laboratórios de cidadania, por outro lado, devido a traços fundamentalistas e sectários (que geralmente confluem para posturas autoritárias e moralistas) há, pelo menos em nível potencial, uma ameaça para a democracia e para o respeito pela alteridade<sup>397</sup>.

A força necessária para resistir à tentação fundamentalista e autoritária se encontra na conscientização das igrejas pentecostais a respeito do princípio de pertença entre as igrejas e demais grupos sociais, inclusive o Estado. Assim, como defendem Tillich e Altmann, todos os grupos, inclusive as igrejas, estão numa condição caracterizada pela ambiguidade e de luta contra as ambiguidades da vida<sup>398</sup>. Tillich assevera:

Se interpretam sua santidade paradoxal como se fosse santidade absoluta, incorrem em *hybris* demoníaca, e suas funções sacerdotal, profética e régia frente ao “mundo” se tornam instrumentos de uma vontade de poder pseudo-Espiritual. [...] Pertence a esta ambiguidade o fato de que o mundo a que a igreja se opõe não é meramente uma não-igreja, mas contém em si elementos da

---

<sup>397</sup> Esta ameaça potencial à democracia no Brasil aparece principalmente por meio da união de muitos evangélicos com o bolsonarismo, cujo espírito não se alia às instituições democráticas. Por outro lado, a conhecida “Bancada Evangélica” na Câmara Federal não é uniforme em termos ideológicos, tendo inclusive em seu meio parlamentares sensíveis às pautas sociais, como à noção da necessidade de se lutar em favor da redução da desigualdade social, tão presente em nosso país. Outrossim, a relação dos evangélicos/pentecostais com a política partidária não significa uma ameaça à democracia em termos diretos, pois a participação pentecostal pode inclusive contribuir para o seu fortalecimento; afinal, como destaca Bruna Dantas, trata-se de novos atores políticos participando do debate público. Porém, como prossegue Dantas, a respeito dos evangélicos, “[...] paradoxalmente, sua atuação política propicia a perpetuação do sistema estabelecido, evitando qualquer transformação social efetiva e favorecendo o poder dominante, o que lhe confere um caráter ideológico e antidemocrático”. DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. 350 p. Tese [Doutorado em Psicologia Social] – Universidade Católica de São Paulo, 2011 (citação à p. 324).

<sup>398</sup> TILLICH, 2005, p. 661.

Comunidade Espiritual em latência, elementos que atuam na direção de uma cultura teónoma.<sup>399</sup>

Esses princípios de Tillich que abordam a difícil relação entre as igrejas e grupos sociais são pertinentes ao contexto pentecostal, onde se verifica um expressivo aumento do seu poder político e, conseqüentemente, sinais de *hybris* demoníaca. Sendo assim, as igrejas pentecostais (também as demais) devem reconhecer o caráter paradoxal da sua própria santidade, ou seja, o mal que se combate lá fora também se apresenta em seus membros individuais, assim como em suas estruturas eclesiais, sobretudo nas formas de lutas promovidas pela vontade de poder, fanatismos, etc. Também, como disse Altmann, as igrejas podem estar paradoxalmente aliadas com as “velhas realidades” e, assim, estar na contramão do reino de Deus e apresentar um caráter demoníaco. Outrossim, elementos da justiça, verdade e igualdade podem estar presentes em estruturas sociopolíticas tidas por “mundanas” pelos pentecostais.

O antídoto para a tentação do fundamentalismo e autoritarismo na postura pública pentecostal pode ser encontrado dentro de sua própria tradição teológica. É necessário considerar a perspectiva pneumatológica para elaborar uma ética teológica para o pentecostalismo fazer uma teologia que leve em conta a pluralidade. Para tanto, devem-se considerar três níveis: experiência, comunidade e Escrituras Sagradas. A partir de uma perspectiva experiencial, a narrativa de Lucas acerca do dia de Pentecostes oferece uma descrição que contempla a preservação dos diversos idiomas que, separada e conjuntamente, dão testemunho do poder de Deus (At 2.4, 6, 7, 11). Pedro explica que se trata do cumprimento da profecia de Joel, do derramamento escatológico do Espírito que realizaria a igualdade de homens, mulheres, jovens e velhos, escravos e livres (At 2.17-18).

De acordo com Amos Yong, a implicação disto é a preservação das muitas línguas no dia de Pentecostes, que pode ser entendido como um indicativo de que Deus valoriza tanto a diversidade linguística como o pluralismo cultural. No dia de Pentecostes, o Espírito foi derramado sobre todos, sem parcialidade, e isto, por sua vez, resultou no testemunho da obra de Deus por meio do seu próprio idioma, assim como dentro da própria experiência cultural das pessoas envolvidas<sup>400</sup>. Portanto, essa perspectiva pneumatológica conduz ao

---

<sup>399</sup> TILLICH, 2005, p. 661-662.

<sup>400</sup> YONG, 2010, p. 93.



respeito pela alteridade, um princípio fundamental para a boa vida em uma sociedade plural.

Assim, a partir do contexto exposto acima, recomenda-se às igrejas pentecostais atuarem em humildade no espaço público e político, testemunhando a fé no Evangelho e os valores em que acreditam, mas tomando o devido cuidado para não cair na heteronomia e no dualismo maniqueísta do tipo “bem contra o mal”, desconsiderando, dessa forma, o caráter dialético e ambíguo da realidade cultural e sociopolítica. Ou seja, as igrejas, grupos sociais e o próprio Estado estão todos no mesmo barco!

### **Considerações finais**

Os pentecostais, frente à realidade sociopolítica, não devem ser meros espectadores obedientes (como desejam alguns), mas participantes ativos no bem-estar social e político da nação brasileira. Mas, como vimos, para isso os pentecostais brasileiros devem superar alguns obstáculos, a saber: pensamento maniqueísta, a tendência de demonizar o diferente (religioso e político) e a tentação do autoritarismo da extrema-direita. Estes são, certamente, aspectos que podem comprometer o bom funcionamento de um Estado democrático, caracterizado pela pluralidade de ideias, crenças e culturas.

O poder do Espírito Santo que os pentecostais professam é o poder do amor, que opera em favor da santidade da vida e da derrubada dos muros que dividem e enfraquecem a vida comunitária. Assim, o desafio para a teologia pública pentecostal é articular uma compreensão de sociedade em interface com as igrejas que leve em conta a ambiguidade e a realidade demoníaca. Outrossim, requer-se a capacidade de discernir o poder que atua na sociedade e também nas igrejas, que as induz à manutenção da desigualdade, discursos de ódio e injustiça (aspectos contrários à natureza do amor e, portanto, demoníacos?!).

Os pentecostais não precisam evitar o poder político nem fugir da vida da esfera pública, como ocorreu em seu passado recente, mas é recomendável que, ao exercê-lo, desenvolvam critérios ético-teológicos compatíveis com o Evangelho e com o Estado Democrático de Direito. Assim, podem exercer uma ação sociopolítica profética, mais responsável e promissora.

### **Referências**

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

- ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana*. 2. ed. rev. e ampl. São Leopoldo: Sinodal, 2016.
- BAKER, Carlyn Denise; MACCHIA, Franck D. Seres espirituais criados. In: HORTON, Stanley M. (Ed.). *Teologia sistemática pentecostal: uma perspectiva pentecostal*. 10. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006. p. 206-220.
- BÍBLIA. Português. Antigo e Novo Testamento. *Bíblia de Estudo Pentecostal*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- CANTÓN, Manuela. Simbólica y política del diablo pentecostal. *Revista Cultura y Religión*, Universidad Arturo Prat (Chile), p. 81-94, 2009.
- CODINA, Victor. *Não extingais o Espírito 1 Ts 5,19: iniciação à pneumatologia*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. 350 p. Tese [Doutorado em Psicologia Social] – Universidade Católica de São Paulo, 2011.
- DIP, Andrea. Os pastores do congresso. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2015/10/como-os-evangelicos-construiram-uma-das-bancadas-mais-fortes-do-congresso/> Acesso em: 09 set. 2021.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2001.
- FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- GABY, Wagner. Angelologia: A doutrina dos anjos. In: GILBERTO, Antonio (Ed.). *Teologia sistemática pentecostal*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 441-481.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- HIGUET, Etienne. *A teologia de Paul Tillich: utopia, esperança e socialismo*. São Paulo: Fonte Editorial/UEPA, 2017.
- LEMONS, Vinícius. Como líderes evangélicos usam redes para apoiar ato pró-Bolsonaro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58442769>. Acesso em: 12 set. 2021.



MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

PIMENTEL, Samuel. Cabo Daciolo: quem é o candidato a presidente que chamou atenção no debate e é investigado no STF. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/08/cabo-daciolo-candidato-a-presidente-que-chamou-atencao-no-debate-e-in.html>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SANTOS, Manoel da Conceição. *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SINNER, Rudolf von. Teologia pública: um olhar global. In: ZWETSCH, Roberto E.; CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von (Org.). *Teologia pública em debate*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011. (Coleção Teologia Pública), v. 1, p. 11-36.

TILLICH, Paul. *Teologia da cultura*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

YONG, Amos. *In the days of Caesar: pentecostalism and political theology*. Grand Rapids: Eerdmans, 2010. (Sacra Doctrina: Christian Theology for a Postmodern Age Series).